

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1476237 - MT (2019/0086939-5)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : LEILA AGUETONI
ADVOGADA : ANNA BABKA - SP303464
AGRAVADO : JOSE FERNANDES
AGRAVADO : ERITA STEFANA VICCARI TRENTIN
AGRAVADO : EVARISTO TRENTIN
ADVOGADO : AGILDO OLIVEIRA AMORIM - MT003661A

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. 1. SIMPLES REFERÊNCIA A DISPOSITIVO LEGAL DESACOMPANHADA DA NECESSÁRIA ARGUMENTAÇÃO QUE SUSTENTE A ALEGADA OFENSA À LEI FEDERAL. SÚMULA 284 DO STF. 2. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO PELA ILEGITIMIDADE DA PARTE. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7 DO STJ. 3. OFENSA A ENUNCIADO DE SÚMULA. IMPOSSIBILIDADE NO APELO ESPECIAL. 4. AGRADO INTERNO IMPROVIDO.

1. A alegação de ofensa à lei federal presume a realização do cotejo entre o conteúdo preceituado na norma e os argumentos aduzidos nas razões recursais, com vistas a demonstrar a devida correlação jurídica entre o fato e o mandamento legal. Nesse passo, a simples referência a dispositivo legal, desacompanhada da necessária argumentação que sustente a alegada ofensa à lei federal, não é suficiente para o conhecimento do recurso especial. Incidência da Súmula 284 do STF.

2. Reverter a conclusão do Tribunal local, para acolher a pretensão recursal quanto à legitimidade *ad causam* da parte, demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra impossível ante a natureza excepcional da via eleita, consoante enunciado da Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Em relação à alegada ofensa à Súmula 84/STJ, não cabe a este Tribunal apreciar ofensa a enunciado de súmula em recurso especial, uma vez que tal item não se insere no conceito de lei federal, previsto no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

4. Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 25 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator